



Instituto Rio Branco

CONCURSO PÚBLICO

ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

TERCEIRA FASE — PROVA ESCRITA DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Este caderno contém a Prova Escrita de Noções de Direito e Direito Internacional Público, que consiste em **quatro** questões discursivas.
- 2 Neste caderno, constam páginas para rascunho, cujo uso é opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação. Todas as respostas devem ser inteiramente transcritas para o caderno de textos definitivos.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 4 A legibilidade será considerada na avaliação da prova. Portanto, tenha atenção com o formato de letras e demais notações. Não use marcas ou sinais que não integrem o sistema gráfico do português. A escrita deve ser contínua, sem linhas em branco, mesmo entre parágrafos.
- 5 O limite máximo de linhas para cada questão da prova será considerado na avaliação e deve ser rigorosamente respeitado.
- 6 Não utilize borracha, lápis, lapiseira (grafite) e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 7 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para textos definitivos.
- 8 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 9 A duração da prova é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos para as respectivas folhas do caderno de textos definitivos.
- 10 É obrigatória a permanência em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início da prova, e este caderno de prova somente poderá ser levado consigo no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
- 11 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o caderno de textos definitivos e deixe o local de prova.
- 12 Será anulado o texto definitivo escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação do candidato fora do local apropriado.
- 13 A desobediência a qualquer determinação constante em edital, no presente caderno ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

PROVA ESCRITA DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Na prova a seguir, faça o que se pede, usando, caso julgue necessário, as páginas para rascunho constantes deste caderno. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas do **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA ESCRITA DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**. Em cada questão, respeite o limite máximo de linhas estabelecido.

No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas na capa, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO 1

Alguns doutrinadores consideram o preâmbulo do tratado constitutivo da Organização das Nações Unidas (Carta da ONU) como a expressão do constitucionalismo internacional. Alegam, em defesa dessa tese, que, no texto, há referência à composição da comunidade internacional (povos e governos), ao seu passado (escória da guerra), às suas crenças (direitos humanos fundamentais), ao seu projeto de futuro (estabelecimento da justiça, progresso econômico e social e autodeterminação dos povos). Outros argumentam que a possibilidade de a Carta da ONU produzir efeitos sobre Estados não membros da organização — “A Organização fará que os Estados que não são Membros das Nações Unidas ajam de acordo com esses Princípios em tudo quanto for necessário à manutenção da paz e da segurança internacionais” (art. 2.º, inc. 6) — bem como sobre obrigações decorrentes de outros tratados — “No caso de conflito entre as obrigações dos Membros das Nações Unidas em virtude da presente Carta e as obrigações resultantes de qualquer outro acordo internacional, prevalecerão as obrigações assumidas em virtude da presente Carta” (art. 103) — representa exceção a dois princípios fundamentais do direito das gentes (*res inter alios acta e pacta sunt servanda*), o que indicaria, segundo esses doutrinadores, a existência de um direito superior representado pelo instrumento constitutivo. Há, por fim, os que afastam essas perspectivas ao argumento da inexistência da hierarquia entre os órgãos das Nações Unidas na interpretação da Carta, assim como ao da ausência de freios e contrapesos entre esses mesmos órgãos. Posicione-se, de maneira fundamentada, em relação a esse debate.

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)**

QUESTÃO 2

Em que pese a contribuição expressiva da Corte de Haia em casos relevantes para a comunidade internacional, é no seio do sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio onde se forja, atualmente, o moderno direito internacional, haja vista não só a quantidade de disputas submetidas e esse sistema, mas também a qualidade da tarefa de interpretação jurídica levada a cabo pelo Órgão de Apelação, que lança mão, com frequência, da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados.

Comente a proposição acima apresentada, com base na atuação, desde o pós-Segunda Guerra, da Corte Internacional de Justiça da Haia e, desde 1995, do Órgão de Apelação da Organização Mundial de Comércio, bem como à luz do extenso corpo jurisprudencial desenvolvido nesses dois âmbitos.

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)**

QUESTÃO 3

Determinado país considerou *persona non grata* membro de missão diplomática em seu território e determinou sua saída imediata, em razão de haver ele participado de tentativa de golpe no Estado representado pela missão. O chefe da missão, contudo, recusou-se a cumprir a exigência com base no princípio da não intervenção em assuntos internos.

Analise a situação hipotética acima apresentada, à luz das normas previstas na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, cujos 50 anos se celebram neste ano.

**Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)**

QUESTÃO 4

Há quem pense que o direito internacional não seja senão um código de regras e máximas morais, a que as nações, na ausência de jurisdição superior incumbida de aplicá-lo e fazê-lo observar, só prestarão obediência quando seus interesses o permitirem ou o exigirem, ou quando lhes faltar poder para impunemente violá-lo. Não haverá nisso uma parcela, uma partícula de verdade?

Lafayette Rodrigues Pereira. *Princípios de direito internacional* (com adaptações).

Com base no atual direito das gentes, responda à pergunta ao final do fragmento de texto acima, formulada por Lafayette Rodrigues Pereira.

**Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)**

QUESTÃO 1
RASCUNHO – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 1
RASCUNHO – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

QUESTÃO 2
RASCUNHO – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2
RASCUNHO – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

QUESTÃO 3
RASCUNHO – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 3
RASCUNHO – 2/2

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

QUESTÃO 4
RASCUNHO – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 4
RASCUNHO – 2/2

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	